AOS TRABALHADORES DA CULTURA

A pedido da Federação, reunimos no dia 26 de março com a Ministra da Cultura e com o Conselho de Administração (CA) da Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E. (MMP) para exigir soluções para as reivindicações dos trabalhadores.

Na reunião a Federação lembrou que as políticas de subfinanciamento e de mercantilização da Cultura tem impacto na prossecução do interesse publico na defesa do Património Nacional bem como no dia a dia dos trabalhadores, devendo caminhar para atingir 1% do Orçamento de Estado para a Cultura.

Todos sabemos que foi o desmantelamento da Direção Geral do Património Cultural e a reestruturação dos serviços afetos ao Ministério da Cultura que fez transitar os trabalhadores para uma realidade forçada, criando desigualdades entre os trabalhadores de regime público e regime privado.

E porque desde 1 de janeiro de 2024 que os trabalhadores aguardavam pela resolução dos diversos problemas causados por esta transição, tivemos uma grande jornada de luta - a Greve Nacional ao trabalho em dia feriado e ao trabalho suplementar, que terminou em 31 de dezembro.

PAGAMENTO DO TRABALHO EM DIA FERIADO

A situação mantém-se!

Porque a tutela (ministra) não apresentou em Conselho de Ministros a proposta de alteração aos valores a pagar pelo trabalho em dia feriado para os trabalhadores dos Museus e Monumentos, o governo, que agora está de saída, não aprovou qualquer alteração!
Claramente sem qualquer garantia, o CA da MMP comprometeu-se em apresentar uma proposta para ainda ser aprovada antes de o governo fechar a porta!

Face à inoperância de modo a inverter esta situação e assim valorizar os trabalhadores que trabalham aos feriados a troco de valores indignos, temos de continuar a LUTA!

ESCALAS

Porque as escalas de serviço dos trabalhadores da portaria e vigilância é feita de forma artesanal, gerando inúmeros conflitos entre os trabalhadores, apresentámos ao CA a necessidade de aquisição de programa informático específico para a realização das escalas e denunciámos os sistemáticos e constantes atropelos à lei pelas alterações das escalas comunicadas via SMS ou pela aplicação WhatsApp.

O CA comprometeu-se a resolver esta questão, e informou que a orientação que já transmitiu às Direções dos Museus e Monumentos é de não procederem às comunicações por vias informais mas sim de acordo com a legislação e prazos estipulados na lei.

FALTA DE TRABALHADORES

Fomos informados que:

- Estão em falta 150 trabalhadores no mapa de pessoal para se poder garantir o funcionamento em pleno de todas as valências dos equipamentos;
- Foi pedida autorização para aumentar o quadro de pessoal em mais 40 vagas;
- Estão a decorrer concursos para preenchimento de 32 vagas em todas as carreiras.

Havendo limite de contratação e não sendo possível o preenchimento das necessidades, **é fácil verificar que os postos de trabalho existentes são insuficientes, sendo recorrente o abuso da contratação precária de modo a reforçar as equipas em períodos específicos.**

AVALIAÇÃO DE DESMPENHO

Já estamos em abril e o processo avaliativo do biénio 2023/2024 já devia estar a ser finalizado.
Mas, na MMP ainda nem começou e os prazos do processo avaliativo são para cumprir!

A avaliação do biénio 2023/2024 devia ter começado em janeiro/2025 e os trabalhadores não têm de compreender os incumprimentos da Lei!

Os trabalhadores têm direito à progressão salarial e o SIADAP é a única ferramenta existente que nos dá **a possibilidade de, apenas a cada oito anos**, termos mais uns euros no final do mês!

- Porque sabemos que ainda não foi constituído o Conselho Coordenador de Avaliação (CCA);
- Porque sabemos que ainda não houve eleições para os representantes dos trabalhadores na Comissão Paritária!

A Federação exortou o CA da MMP ao cumprimento das normas de avaliação e à aplicação da progressão salarial a que os trabalhadores têm direito!

RECONSTITUIÇÃO DA CARREIRA (VÍNCULOS PREVPAP)

Para além dos muitos e diversos problemas detetados na transição dos trabalhadores para a Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. e Património Cultural I.P., verificámos que ainda existem trabalhadores a quem ainda não foi reconstituída a carreira pela regularização do vínculo ao abrigo do PREVAP:
O CA informou que não tem o levantamento de todas as situações e apela a que os trabalhadores comuniquem com os recursos humanos;

ACORDO DE EMPRESA

A Federação voltou a referir a necessidade da apresentação e negociação do Acordo de Empresa

Fomos informados que está em fase de adjudicação a um gabinete jurídico, contratado para o efeito, a elaboração do projeto para o Acordo de Empresa e que a proposta de Regulamento Interno foi rejeitada pela DGAEP, estando neste momento em fase de redação um novo regulamento.

SINDICALIZA-TE!

UNIDOS SOMOS SEMPRE MAIS FORTES!

norte
225 574 060
rede fixa nacional
stfpsn.pt

213 193 320
rede fixa nacional
stfpssra.pt

239851370
rede fixa nacional
stfpcentro.pt

fpsnacional.pt